



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

SERVIÇO SOCIAL E PRÁXIS: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL NAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO

Rosária de F. de Sá Pereira (a) - a
a

SERVIÇO SOCIAL E PRÁXIS: Reflexões sobre a prática profissional nas Políticas Públicas de Gênero

Palavras - chave: Serviço Social; Práxis; Políticas Públicas; Gênero.

Keywords: Social Service; Praxis; Public Policies, Gender.

I – INTRODUÇÃO:

Iniciamos este trabalho apresentando a compreensão de que a realidade social está historicamente em movimento e transformação. Na mesma proporção, ocorrem com as relações de dominação patriarcal, que também acompanham os impactos históricos das transformações societárias. Na concepção de (SCHOLZ, 1996; p. 19) o patriarcado é uma estrutura anterior às formas de socialização pautadas no valor, que se complexifica e aprofunda a partir do advento da sociedade moderna. É fundamental observar que as relações de gênero são constituídas de historicidade e sociabilidade e devem ser apreendidas no bojo das relações sociais e, por conseguinte, passíveis de transformação. Esta leitura alimenta a luta pela elaboração de políticas públicas com ênfase no gênero, com a perspectiva de contribuir objetivamente com a transformação dessas relações (BEZERRA e VELOSO, 2015). O percurso teórico que analisaremos será a partir de (SAFFIOTI, 1997) e de sua concepção do *nó* que é constituído pelas três contradições fundamentais da sociedade burguesa, afirmando a existência de três identidades sociais básicas: a de gênero, a de raça / etnia e a de classe. Essas três estruturas entrelaçam-se como um nó, não sendo possível sua apreensão de forma autônoma, por se constituírem atadas pelos antagonismos que lhes originam. A reflexão sobre as relações de gênero na sociedade capitalista é um imperativo e contribui para a formulação de alternativas cotidianas para a construção de políticas públicas de gênero que possibilitem alternativas de resistência e promoção de direitos humanos para as mulheres.

II – SERVIÇO SOCIAL E PRÁXIS: FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS

O desenvolvimento capitalista estabelece diferenciação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, instituindo a ausência de relação entre o pensamento e a ação – entre a teoria e a práxis (LUKÁCS, 1992; p.124;). O objetivo do conhecimento é a apreensão da realidade em sua totalidade. Marx, nas Teses sobre Feuerbach, refuta a compreensão que não considera a atividade humana como atividade objetiva, pois evidencia apenas a atividade teórica como eminentemente humana. Marx, ao contrário disso, apreende a atividade humana como trabalho e assinala que toda práxis é atividade, porém nem toda atividade é práxis. O conhecimento para Marx ultrapassa a aparência. No sentido que a

aparência mostra, sinaliza e revela. Porém esconde, mistifica e oculta. Portanto, conhecer é para Marx negar à aparência. A descrição da realidade, a sistematização, a organização dos fatos, da empiria é salutar para a construção do conhecimento. Contudo, não constitui o conhecimento teórico, para Marx (MARX, 2008; p. 258 e p. 259). A realidade não é o imediato, pelo contrário, é a síntese das múltiplas determinações. É na mediaticidade que consiste a plenitude do real.

III – POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS POSTOS À PROFISSÃO

Na análise de (POUGY, 2012) a intervenção profissional no âmbito da violência de gênero requer um projeto de articulação das políticas sociais que coadune os elementos impressos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência (BRASIL, 2011a) com os instrumentos que alicerçam a sua consecução, tais como o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência (BRASIL, 2011b), a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) e os dispositivos que a complementam, bem como políticas de habitação, trabalho e renda, saúde, dentre outras. Pougy compreende que as políticas públicas de gênero direcionam esforços para garantir os direitos humanos e o direito de as mulheres viverem uma vida sem violência. Nessa medida, a proposta que se sustenta é que neste campo de correlação de forças que incidem no âmbito das políticas públicas, possamos experimentar o redimensionamento no campo da atenção integral às mulheres na perspectiva de gênero. Consideramos que este é um ponto nevrálgico na constituição de políticas públicas de gênero que tenham por objetivo favorecer essencialmente às demandas postas nos serviços de atendimento à mulher, vislumbrando o impacto das relações de gênero, raça e classe na produção da violência e no processo de ruptura das violações dos direitos das mulheres. As políticas públicas são um campo privilegiado da prática profissional de Assistentes Sociais. Contudo, constituem-se em espaços de contradição e correlação de forças, ao passo que mesmo tempo obedecem às reivindicações do Capital e as da classe trabalhadora. Consideramos um imperativo descortinar essa realidade para além do que está na superficialidade fenômenos. É necessário sair do óbvio, desvelar os fenômenos de modo a alcançar sua essência. Está é uma possibilidade que se efetiva na práxis social, pois nos termos de (LUKÁCS, 1968): “Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras”. Desse modo, salientamos que as possibilidades dos sujeitos de construir a história, se efetivam por meio da práxis¹. Cabe enfatizar que, consideramos práxis as diversas formas de resistência e luta protagonizadas por mulheres para garantir

¹ Numa definição sintética, a categoria Práxis está aqui compreendida como as objetivações do ser social. Como uma atividade consciente, transformadora e teleológica.

sobrevivência nesta sociedade capitalista patriarcal. A práxis é também um mecanismo de superação desse lugar político.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As relações patriarcais de gênero constituem um tema muito caro ao Serviço Social, pois está em consonância com o projeto ético-político profissional, que pressupõe a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 1993)”.

Ao consideramos a inserção de assistentes sociais na divisão do trabalho, compreendemos que profissão tem sua especialização fundada no atendimento às respostas imediatas das demandas oriundas sociedade burguesa. Desse modo, é importante refletir que a apropriação da realidade social através da razão instrumental não nos é suficiente para criar mecanismos de luta e resistência e para a elaboração de propostas de atuação que contenham a direção política da emancipação humana das mulheres, sujeitos históricos de nossa ação profissional nas políticas públicas de gênero. Dessa feita, as possibilidades de rompimento com essa prática burocratizada e pragmática, estão contidas na própria realidade social. Cabe-nos buscar os fundamentos sociais, históricos e políticos emanados numa perspectiva crítica, que nos ajudarão a criar estratégias concretas de superação desse cotidiano que nos limita e reduz.

O Capitalismo, neste último ciclo de crises que se adensa desde 2008, vive um processo de esgotamento de suas formas de acumulação do valor e da manutenção do pleno desenvolvimento das forças produtivas e como forma de reatualizar o seu sistema de dominação, exploração e opressão, lança mão de novas estratégias para a manutenção de sua forma valor. Neste contexto, evidenciamos muitos ataques às políticas públicas de gênero, ocasionando seu desmonte e em muitas esferas, sua aniquilação, uma vez que os temas circunscritos às demandas das mulheres são considerados periféricos e facilmente alijados da agenda política. Compreendemos que este cenário político é caracterizado pela regressão dos direitos sociais, em função do desfinanciamento das políticas, da aprovação da PEC de restrição dos gastos públicos, que legitima um novo ordenamento fiscal no País. E, ainda, de um amplo e desfavorável momento para as mulheres, consubstanciado pelo processo de impeachment, em que se atualiza o patriarcado em sua face mais opressora: a misoginia.

Não podemos nos furtar de incorporar a este debate as políticas públicas de promoção à igualdade racial, que também sofrem ataques insidiosos, uma vez que raça e gênero são apreendidos pelo conjunto social como epifenômenos. Dessa forma, fundamentamos o imperativo de racializar as relações de gênero e classe. Tendo em vista que a reflexão sobre

as políticas públicas de gênero são indissociáveis às das políticas de promoção à igualdade racial, pois destacadamente as mulheres negras constituem o alvo preferencial da violência de gênero e da desassistencialização dos direitos sociais. O racismo potencializa a violência de gênero e tem rebatimentos vigorosos nas formas de resistência das mulheres negras.

BIBLIOGRAFIA

BEZERRA, V; VELOSO, R. **Gênero e Serviço Social: desafios de uma abordagem crítica**. São Paulo: Saraiva 2015.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011a.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011b.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS. 1993.

GUERRA, Y. Expressões do Pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. In: **Revista Katáliys**. Florianópolis: UFSC-PPGSS. Vol.16. 2013.

LUKÁCS. G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas. 1978, p.1-18.

POUGY, L. Notas sobre políticas e Gênero e Serviço Social. In: **Revista Praia Vermelha**. UFRJ-PPGSS. Rio de Janeiro. V. 22. 2012.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. (Coleção Brasil Urgente). 2004.

_____. Violência de Gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: **Revista Lutas Sociais**, n. 2, São Paulo, 1997. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/issue/view/1213/showToc>. Acessado em 05 de novembro de 2018.

SCHOLZ, R. O valor é o Homem: Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. In: **Revista Novos Estudos**, n. 45, São Paulo, 1996.